

## **O BANDO DOS MARCELINOS E O CEMITÉRIO DO ALTO DO LEITÃO COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL, NO CARIRI CEARENSE**

### **ANA PAULA RODRIGUES DA COSTA**

Discente do curso de licenciatura em geografia da Universidade Regional do Cariri, bolsista de iniciação científica PIBIC-CNPq. Email: anapaula-rodriguesdacosta@bol.com.br

### **PATRÍCIA AMORIM SOUSA**

Discente do curso de licenciatura em geografia da Universidade Regional do Cariri, bolsista de iniciação científica PIBIC-CNPq. Email: patriciaamorim.geo@gmail.com

### **JOSIER FERREIRA DA SILVA**

Professor Dr. do Departamento de Geociências da Universidade Regional do Cariri. Email: josiersilva@ig.com.br

## **Introdução**

A região do Cariri Cearense é dotada de uma diversidade histórica e cultural marcada em sua paisagem urbana e rural, que expressa o desenvolvimento desta região, tais representações se evidenciam nos lugares da memória, que expressa a história da região e as manifestações que se pautam na expressão do catolicismo popular e nas formas de resistência à estrutura de poder estabelecida em diversas conjunturas, com ênfase no banditismo social, que traça a diversidade cultural do Cariri. Esses marcos referenciais, também estão enraizados na memória de um povo que encanta pelo seu acolhimento.

As cidades de mais visibilidade do Cariri estão interligadas no chamado triângulo Crajubar, constituído das cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, onde demanda um vasto patrimônio que ainda é bem pouco explorado pelos órgãos públicos e comunidade civil. Na convergência destes municípios integrando área rural, encontra-se situada a comunidade Alto do Leitão, um marco histórico para a região do Cariri, local onde aconteceu o fuzilamento dos Marcelinos, um bando de cangaceiros que viveu e atuou na região Cariri, obtendo apoio de alguns coronéis da época, bem como, prestação de serviços aos mesmo, pois a estrutura de po-

der derivada da sociedade patriarcal agrária, projetava o comando político das localidades sob o controle de coronéis que associava a dimensão urbana das cidades como extensão patrimonial do seu poder de mando nas localidades rurais. No Cariri esta representatividade se dá com o bando dos Marcelinos, que muito agiu por conta própria, mas também por vezes a mando de coronéis, se configurando na estrutura de poder vigente representada pelo coronelismo.

No entanto, não raro, o capitalismo insensível ao valor histórico dessas construções e lugares da memória acaba por transformar o espaço urbano e rural para apropriá-lo e modernizá-lo em uma ótica de acumulação de bens e de lucros, transformando esses espaços em lugares de comércio, serviços, loteamentos que incorpora áreas rurais ao espaço urbano, bem como, a falta de políticas públicas, dentre outras funções que acabam por aniquilar esses espaços simbólicos. O processo de modificação no espaço público tem-se expandido e vem comprometendo o legado cultural destas cidades, pois, de tal maneira as construções históricas são vistas como negócio e não como parte de um povo que viveu e constituiu histórias nestes lugares.

Essas manifestações culturais contêm em seu panorama as particularidades de cada lugar, que na atualidade são frutos de processos históricos diversos. O espaço público histórico-cultural é, portanto, representação simbólica de afetividade como fruto do passado para as pessoas que viveram e constituíram essa época, ao mesmo tempo em que se torna um legado para as gerações futuras. Por isso a preservação do patrimônio histórico-cultural torna-se de fundamental importância, para manter as raízes. Para isso, é necessária a conservação do patrimônio histórico-cultural advindo da sensibilidade humana, por meio de tombamentos, atuação de políticas públicas de preservação e manutenção, dentre outros. Pois é justamente a ação humana sem planejamento que destrói essas referências, já que a sociedade passa por constantes mudanças. So-

bre isto a constituição de 1988 se posiciona a respeito da definição e preservação do patrimônio cultural brasileiro: Art. 216.

*Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (...) v- os conjuntos urbanos e sítio de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico, e científico. § 1º o poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (...) § 4º Os danos e ameaça ao patrimônio cultural serão punidos na forma da lei. (CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA apud CARVALHO, 2008, P. 46, Grifo do autor).*

### **Linhas gerais**

A pesquisa aqui apresentada, objetiva dar mais visibilidade ao fato ocorrido na região do Cariri, a partir da ideia de fixá-los como patrimônio histórico-cultural, entendendo como um fator pertinente para história da construção local. O cangaço como sendo um fenômeno nordestino se apresenta na figura maior de Lampião “o rei do cangaço” que se configura como celebre cangaceiro até a atualidade pela sua expressiva atuação no sertão nordestino, por isso sempre surge como ator principal neste contexto. Porém a atuação do bando dos Marcelinos está muito presente na região entre as pessoas mais idosas que conviveram a época e foram transmitindo de geração em geração. Um fato tão ilustrativo que mereceu destaque em diversos meios de comunicação da época, como rádios, jornais, cordéis e etc. e hoje pode ser recontada através destes acervos.

O cangaço tornou-se meio de referência e propagação do Nordeste brasileiro, mesmo sendo essa imagem divulgada como for-

ma de miséria, assim apresentada por Miranda (2012), “Projetou-se nesse período na Região, um espaço tomado pela caatinga ressequida, pela carcaça do boi morto e de retirantes magros, com seus poucos pertences entroxados na cabeça” (p. 245). Desta forma era repassada a imagem de miséria, sofrimento no Nordeste, mas que não deve deixar de lembrar a bravura do homem sertanejo, trabalhador, guerreiro, que mesmo diante do sofrimento encontrava formas de expressar sua revolta aos que detinham o poder e usava da desgraça dos nordestinos para se promoverem politicamente.

O cangaço se configura, como produto histórico do modelo de sociedade estabelecida, derivada da forma violenta e excludente no processo de apropriação do território (SILVA, 2012). No Cariri, esse fenômeno tem sua representatividade no bando dos Marcelinos, cuja origem se contextualiza nas formas de relações sociais e de poder estabelecida pela sociedade agrária forjada no contexto histórico de dominação e apropriação do território. A comunidade do Alto do Leitão neste cenário das relações sociais caracteriza-se por conflitos, pelo poder vinculado ao campo com expansão na cidade, como local de recepção de conflitos protagonizados pelo cangaço, que tem no bando dos Marcelinos sua representatividade.

No entanto, pode ser observado que tudo precisa está se renovando, aderindo ao modernismo, entrando numa ótica capitalista muito presente na sociedade. Assim é com o patrimônio histórico-cultural, assim também é com os heróis do passado. Desta forma se faz com as pessoas idosas que através de relatos orais podem trazer a antiga dimensão dos lugares ressignificando-os a luz do presente, para quem não foi possível viver esses tempos de ouro.

Nesta lógica atual de descartar o que se considera velho independente de sua história, a autora Ecléia Bosi (1994), refere-se à desvalorização dos velhos, pela sociedade atual, que ignora a sua importância social na ressignificação do passado. Aqui a autora se refere às pessoas idosas, mas incluímos também o patrimônio histórico-cultural, por que é desta forma que vem acontecendo, a

desvalorização do que se considera antigo para dar lugar ao novo, a modernização, enquanto que a identidade dos lugares vão perdendo sua essência, ou até mesmo fazer uso fruto daqueles que trazem consigo as raízes da cultura popular, através das praticas que o compõem.

Desta forma, vêm acontecendo com o cemitério dos marcelinos, que vem sendo incorporado (invadido) pela zona urbana de Juazeiro do Norte, através do bairro Frei Damião, que a cada dia avança em direção a comunidade Alto do Leitão. Além da falta de consciência das pessoas, que furtam os materiais de construção depositados no cemitério. Daí a necessidade urgente de um trabalho de reconhecimento e preservação da área, como por exemplo, um trabalho de tombamento do cemitério dos Marcelinos, como patrimônio histórico-cultural, construção de um parque do cangaço, para preservar e dar visibilidade aos fatos que ocorreram ao longo da constituição da região do Cariri, desta forma devemos entender o patrimônio histórico-cultural como algo que “[...] designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensão planetária” (CHOAY, 2006, p. 11). Diante de fatos como esse, de tamanho descaso, a comunidade seja ela acadêmica ou de moradores locais, ou mesmo o poder público não pode fechar os olhos aos acontecimentos que integra a história.

### **Quem foram os Marcelinos**

*Lampião me vendo disse:  
Não sabe José Cordeiro,  
Tome nota em seu caderno  
Do meu pessoal primeiro,  
Se não lhe faltar memória  
Descreva na sua história  
De um a um companheiro.  
E no quadragésimo oitavo verso:  
Tem o Manoel Marcelino*

*Que atende por Bom de Vera,  
Na lavanca do fuzil  
Não tem nego mais cruera,  
Estando municiado  
Briga até com um Estado,  
Tem a bravura da fera.*  
JOSÉ CORDEIRO

O bando dos Marcelinos ilustra a história do cangaço nos sertões Caririense, através de sua vivência e atuação nesta região, até o dia 05 de janeiro de 1928. Família humilde e batalhadora foram os Marcelinos, que viram no cangaço uma forma de vencer as humilhações da vida e a falta de oportunidade. Nessa perspectiva, igualmente a outras partes do semi-árido, a característica social se definia pela resistência das classes subalternas à estrutura de poder vigente estabelecida no Nordeste que se dava a partir da vida em comunidade sobe a liderança de um líder espiritual ou a partir da violência efetivada pelos próprios agentes socialmente vitimados.

O bando dos Marcelinos começa sua atuação, a partir do momento que João Marcelino é desarmado de sua faca em publico na feira do Crato, pelo delegado Ioiô Pexoto, que diante da tamanha desmoralização, o Marcelino, jura vingança (PEIXOTO JUNIOR, 2009). A faca para o homem sertanejo da roça tem o mesmo significado, que tem a espada para o samurai.

Um ano após o episódio ocorrido na feira, o bando começa a ser montado e a partir daí, os Marcelinos ganham fama de perigosos, saqueiam, matam, cobra pedágio de quem passava pela estrada da feira, onde os mesmos atuavam. Tudo isso acontecia, em grande parte na Chapada do Araripe, que na condição de floresta, mata fechada contribuía para atuação do bando, que contava com o apoio de muitos coronéis da região do Cariri, que os escondiam e encomendavam serviços ao bando. A propagação do bando se dava principalmente na ligação dos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. Durante o tempo de existência do bando dos Marcelinos,

que segundo a história perdurou de 1924 a 1928, os “cabras” que tiveram envolvidos foram: Manoel Marcelino (Bom de Veras), João Marcelino (João 22), Marcelino (Lua Branca), Joaquim Dentim, Manoel Filomena, Manoel Coelho, Manoel Belo (Manoel Toalha) e mais outros tantos “cabras” sem citação de nomes. (PEIXOTO JUNIOR, 2009).

Os Marcelinos deixam suas profissões de vaqueiro, agricultor, para viver debaixo do cangaço, e assim se apresenta Manoel Marcelino e João Marcelino quando anuncia sua entrada no cangaço:

Metidos em roupa de mescla, camisa de campanha, cartucheiras, dois bornais cada, rifle na mão, apresentam-se ao coronel João Coelho, no Sitio Consolo do outro lado da serra, quando Manoel anuncia- coroné, vim entregar o seu gado. Até hoje fui vaqueiro, de hoje em vante sou cangaceiro. Não procurei a desgraça, mas ela me achou. (PEIXOTO JUNIOR, 2009, p.62).

Foi, portanto, o senhor João Coelho, o primeiro coronel a oferecer proteção ao bando.

Tamanha valentia e esperteza tinha o Manoel Marcelino, que mereceu a admiração do rei do cangaço, que posto a prova sua esperteza, Lampião o chamou de Bom de Veras, e em meados de 1926, se juntou ao bando de Lampião e chefiou parte da tropa. Tamanha parceria garantiu união dos bandos ao assalto a Mossoró, acontecido em junho de 1927, que após a investida fracassada, o grupo se divide ficando o bando de Vinte Dois, sendo, pois, o fato de não aceitar ordens se desvincula dos demais, tendo sua atuação somente pelo Cariri Cearense. Bom de Veras permanece com parte do grupo de Lampião, que em seguida resolve atuar por conta própria, extraindo do bando de Lampião alguns cabras e cumprindo a promessa de vingança mata o subdelegado Ioiô Peixoto. No entanto há divergências de datas quanto à atuação e morte do cangaceiro Bom de Veras.

O fim do bando dos Marcelinos se dá com a morte de Bom de Veras pela volante no Sítio Minador em casa de Raimundo Alexandre. Tempos depois foi morto João Vinte Dois na Chapada do Araripe. “Mandaram da capital o segundo sargento José Antonio do Nascimento (...) com “carta branca”, sendo-lhe recomendado trazer Vinte e Dois “na corda ou no pau”, isto é, preso ou morto.” (PEIXOTO JUNIOR, 2009, p. 118). Os demais cabras que ainda estavam com Vinte e Dois, foram capturados e levados a cadeia pública de Barbalha, foram os cinco restantes, João Gomes, Joaquim Gomes, Pedro Miranda, Manoel Toalha e Lua Branca. Da cadeia seguiram para o Alto do Leitão, pensando os mesmos que iam a julgamento em Fortaleza (PEIXOTO JUNIOR, 2009).

Desta maneira transcreve Vilma Maciel (2001), sobre a morte violenta do bando,

Assim, todos mais tarde, viriam a saber que: “Naquela fria manhã de 05 de janeiro de 1928, com o pretexto de transportar os presos a capital Fortaleza, o sargento José Antônio e seus soldados, conduziram-nos para o sítio Alto do Leitão, localizado junto a velha estrada entre Barbalha e Crato. Lá chegando, obrigaram os indefesos presos cavarem suas próprias sepulturas. Ainda não satisfeitos, fuzilaram um a um, sem piedade. Até o último cair na cova mortuária” (p. 59).

Analisando o fato macabro do fuzilamento dos Marcelinos, entendemos como sendo uma queima de arquivo, em defesa dos poderosos para ostentar seu trono. Assim descreve Peixoto Junior (2009),

Demócrito Rocha considerava aquele fuzilamento “o extermínio sistemático dos testemunhos.” Responsabilizava o Governo. “Se o governo persistir nesse macabro propósito de fuzilar os presos para consentir vida tranqüila a seus apaniguados e mandantes de todos os crimes, dentro de pouco tempo, o recorde de vinte e duas marcas limadas por Marcelino no cano de seu trabuco, terá sido ultrapassado

pelas que o Sr. Presidente deverá fazer na caneta com que irá lavrando novas sentenças contra a vida desses desgraçados” (p. 124).

Desta forma acontece o extermínio do bando dos Marcelinos, tendo hoje restado o cemitério na comunidade Alto do Leitão, que se encontra em deplorável estado de conservação. Não se tem nenhum órgão público na região que tenha atuação nesta área para gerir políticas públicas de preservação e manutenção deste fato histórico. Pelo seu caráter e importância histórica, sob uma perspectiva geográfica, apontamos a importância da preservação desse lugar, como sendo um lugar da memória que apresenta-se como símbolo do episódio acima contado, que nos permite entender a estrutura de poder vigente na região em períodos anteriores e seus desdobramento sócioespaciais. Defendemos assim, a incorporação desta área como patrimônio cultural, concordamos nesse sentido com as palavras de Colasante e Calvente (2012), ao apontarem que “o patrimônio cultural é reflexo de parte da cultura da sociedade sendo, portanto, um importante legado para as gerações posteriores e se constitui, assim, em um portador de memória, cuja espacialidade é possível de ser estudada pela Geografia.” (p.18).

### **Considerações finais**

Tem-se a pretensão com este trabalho, levar ao conhecimento da sociedade a riqueza cultural que o Cariri Cearense dispõe, e que através da propagação, as pessoas tomem conhecimento que é necessário preservar o patrimônio histórico-cultural dos lugares, onde se constitui histórias de vivência, através das manifestações que enraizada no povo mostra a forma de ser da sociedade, que representa os traços do passado, de sua historia de luta constituída por seus heróis. Aqueles que fundaram essas cidades e se configuram como agentes importantes para a formação do Cariri Cearense.

Por esta razão, torna-se fundamental preservar este fato cultural que pelas circunstâncias históricas, foi ofuscado dos debates e das pesquisas acadêmicas, deste modo não permitindo a divulgação da violência no campo e a sua interatividade com a estrutura de poder coronelística, mas que isso, que a história do bando dos Marcelinos fosse esquecida no tempo e no espaço, não mantendo nem ao menos o único referencial que lhes restaram, o cemitério na comunidade Alto do Leitão.

### Referências bibliográficas

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança dos velhos. 16.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CARVALHO, Vilson Sérgio de. **Educação ambiental urbana**. Rio de Janeiro: Wak editora, 2008.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2006.

COLASANTE, Tatiane e CALVENTE, Maria Del Carmen Matilde Huertas. Patrimônio, espaço e memória em cidades novas – o Norte do estado do Paraná. **Revista Eletrônica Georaguaia**. Barra do Graças-MT. V.2, n.2, p.16 – 32, agosto/dezembro, 2012.

MIRANDA, Renato Bruno Gomes de. Imaginário social do cangaço. In: MACIEL, Caio Augusto Amorim *et. al.* (org.). **Abordagens geográficas do urbano e do agrário**. Recife: Editora universitária UFPE, 2012. P. 243- 254.

PEIXOTO JUNIOR, José. **Bom deveras e seus irmãos**. 2.ed. Goiânia: Kelps, 2009.

SANTOS, Vilma Maciel Lira dos. **Os fuzilados do Leitão**: Uma revisão histórica. Juazeiro do Norte: HB editora, 2001.

SILVA, Josie Ferreira. **Alto do Leitão e Estrada da Feira**: Ruralidade, memória e cultura no contexto histórico espacial do cangaço no Cariri Cearense. Crato: URCA, 2012.